

MNLT S.A.

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2022

com Relatório do Auditor Independente

MNLT S.A.

Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021

Relatório da Administração

Aos Acionistas,

Mensagem da Administração

A MNLT S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima integrante do Grupo StoneCo.

Até o final de 2018, a Companhia exercia atividades relacionadas a pagamentos eletrônicos, tais como (a) a prestação de serviços de captura; (b) processamento e liquidação das transações com cartões de crédito e débito; (c) venda ou aluguel de hardware de ponto de venda relacionados aos itens anteriores; (d) entre outras atividades, incluindo a antecipação de recebíveis mediante solicitação dos estabelecimentos comerciais.

No mesmo ano, a Companhia, em razão de uma decisão estratégica de seus acionistas, cessou sua operação de adquirência e deixou de ser uma entidade regulada pelo Banco Central do Brasil.

Desde então, a Companhia possui como atividade principal a participação societária em outras pessoas jurídicas de qualquer espécie, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista.

Em dezembro de 2018, a Companhia recebeu aporte de capital, via aumento de sua participação no Tapso Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC TAPSO"), e com isto, a MNLT continua gerando resultado financeiro positivo.

Em 31 de dezembro de 2022, os ativos totalizaram R\$ 891,9 milhões, apresentando uma redução de 57,87% em relação a 31 de dezembro de 2021, quando totalizaram R\$ 1.541,3 milhões. Essa variação é reflexo da redução na participação das cotas no FIDC TAPSO em 2022, que impactam o grupo contábil de aplicações financeiras e resultado financeiro.

Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido totalizou R\$ 864,2 milhões, representando uma redução de 56,82% em relação a 31 de dezembro de 2021, quando totalizaram R\$ 1.521,0 milhões. Essa variação é reflexo principalmente da redução de capital social no valor de R\$ 800 milhões no período.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o lucro líquido totalizou R\$ 140,8 milhões, representando um aumento de 10,3% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$ 127,6 milhões. O aumento é explicado por um resultado financeiro maior, motivado pelo aumento na taxa básica de juros econômica.

Declaração da Diretoria e Conselho da administração

Em conformidade com o inciso VI do Artigo 27 da Instrução CVM nº 80/22 os diretores e o conselho da administração da MNLT declaram que discutiram, reviram e concordaram com as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Relacionamento com Auditores Independentes

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem nos padrões internacionalmente aceitos, em que: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente; e (c) o auditor não deve gerar conflitos de interesses com seus clientes.

A Administração.

MNLT S.A.

Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	2
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	3
Demonstração do resultado	4
Demonstração do resultado abrangente	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstração dos fluxos de caixa	7
Demonstração do valor adicionado	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
MNL T S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da MNL T S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Mensuração do valor justo de aplicações financeiras

Conforme nota explicativa nº 5 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía investimento no fundo de investimento TAPSO - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (“FIDC TAPSO”) no montante de R\$844.624 mil, que representa 94,67% dos seus ativos. O resultado desse investimento apurado no exercício foi de R\$232.778 mil, que representa 165,38% do resultado apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. O FIDC TAPSO realiza a aquisição de direitos creditórios oriundos majoritariamente das transações de pagamentos realizadas pelos clientes da Stone Pagamentos S.A, controladora da Companhia, na modalidade sem aquisição substancial de riscos e benefícios. O investimento no Tapso FIDC é contabilizado com base na participação da Companhia sobre o patrimônio líquido do fundo, ajustado das receitas de antecipação de acordo com a competência. Em razão da relevância do investimento no FIDC TAPSO e do resultado auferido em relação às demonstrações financeiras da Companhia, bem como a sua mensuração ao valor justo, consideramos o investimento no FIDC TAPSO como o principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento das políticas e metodologias de registro contábil do investimento no FIDC TAPSO, a confirmação da existência dos direitos creditórios junto ao cedente, recálculo dos direitos creditórios registrados com base nas taxas firmadas em contrato e a avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre o valor justo do investimento no FIDC TAPSO, incluídas na nota explicativa nº 5 às demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração da participação no Tapso FIDC, que está consistente com a avaliação da Companhia, consideramos que os critérios e premissas na mensuração do investimento no FIDC TAPSO são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

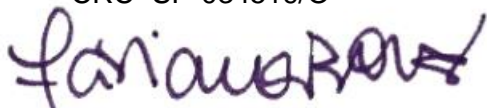
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo 16 de março de 2023

ERNST & YOUNG

Audidores Independentes S/S Ltda
CRC- SP-034519/O



Fabiana de Barros Gomes Turri de Genaro
Contadora - CRC-SP241544/O

MNLT S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
ATIVO			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	28.205	229.703
Aplicações financeiras	5	844.624	1.261.846
Tributos a recuperar		1.262	7.890
Outros créditos		104	105
Total do ativo circulante		874.195	1.499.544
Ativo não circulante			
Contas a receber de partes relacionadas	7	3.282	1.976
Outros créditos		82	84
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	14.019	39.557
Imobilizado líquido		320	107
Total do ativo não circulante		17.703	41.724
Total do ativo		891.898	1.541.268
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo circulante			
Fornecedores		163	237
Empréstimos e financiamentos		247	—
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	8	10.272	5.851
Dividendos a pagar	11 e)	1.337	1.212
Obrigações tributárias	9	4.031	2.954
Outras contas a pagar		105	96
Total do passivo circulante		16.155	10.350
Passivo não circulante			
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	8	1.485	725
Empréstimos e financiamentos		44	—
Contas a pagar a partes relacionadas	7	9.667	8.238
Provisão para contingências	10	303	921
Total do passivo não circulante		11.499	9.884
Patrimônio líquido			
Capital social	11a)	524.653	1.324.653
Reserva de capital	11b)	10.888	7.098
Reserva de lucros	11c) e d)	328.703	189.283
Total do patrimônio líquido		864.244	1.521.034
Total do passivo e patrimônio líquido		891.898	1.541.268

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MNLT S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Despesas gerais e administrativas	12	(11.995)	(14.200)
Outras receitas (despesas) operacionais	12	(9.742)	(10.193)
Prejuízo operacional		(21.737)	(24.393)
Receitas financeiras	13	234.882	216.949
Despesas financeiras	13	(1.364)	(1.113)
Resultado financeiro líquido		233.518	215.836
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		211.781	191.443
Imposto de renda e contribuição social correntes	6	(45.486)	(46.647)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	(25.538)	(17.175)
Lucro líquido do exercício		140.757	127.621
Lucro por ação			
Lucro básico e diluído por ação - (em Reais)	15	0,0623	0,0565

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MNLT S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido do exercício	140.757	127.621
Outros resultados abrangentes	—	—
Total do resultado abrangente do exercício	140.757	127.621

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MNLT S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	Reserva de Lucros				Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros para expansão		
Saldo em 31 de dezembro de 2020		2.024.653	5.122	25.960	36.914	—	2.092.649
Pagamento baseado em ações		—	1.976	—	—	—	1.976
Redução de capital social		(700.000)					(700.000)
Distribuição de dividendos adicionais		—	—	—	—	—	—
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—	127.621	127.621
Destinações do lucro líquido do exercício:							
Constituição da Reserva legal		—	—	6.381	—	(6.381)	—
Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios		—	—	—	—	(1.212)	(1.212)
Constituição de reserva para investimento		—	—	—	120.028	(120.028)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2021		1.324.653	7.098	32.341	156.942	—	1.521.034
Pagamento baseado em ações	14	—	3.790	—	—	—	3.790
Redução capital social	11 a)	(800.000)	—	—	—	—	(800.000)
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—	140.757	140.757
Destinações do lucro líquido do exercício:							
Constituição da Reserva legal	11 c)	—	—	7.038	—	(7.038)	—
Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	11 e)	—	—	—	—	(1.337)	(1.337)
Constituição de reserva para investimento	11 d)	—	—	—	132.382	(132.382)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2022		524.653	10.888	39.379	289.324	—	864.244

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MNLT S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício		140.757	127.621
Ajustes ao lucro líquido:		(203.764)	(198.385)
Depreciação e amortização		189	255
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	25.538	17.175
Receitas financeiras, líquidas		(232.756)	(223.784)
Provisão para contingências	10	(525)	5.993
Pagamento baseado em ações	14	3.790	1.976
Variações nos ativos e passivos		12.857	(2.217)
Tributos a recuperar		997	(15.078)
Outros créditos		19	535
Contas a receber de partes relacionadas		(1.306)	(960)
Fornecedores		(76)	(6)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		5.181	2.844
Obrigações tributárias		49.072	52.869
Outras contas a pagar		(3)	96
Provisão para contingências	10	(93)	(6.145)
Contas a pagar a partes relacionadas		1.429	8.139
Imposto de renda e contribuição social pagos		(42.363)	(44.511)
Caixa líquido das atividades operacionais		(50.150)	(72.981)
Venda de aplicações financeiras, líquido	5	650.000	989.997
Caixa líquido das atividades de investimento		650.000	989.997
Pagamento de leasings		(136)	—
Redução de capital social	11 a)	(800.000)	(700.000)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	11 e)	(1.212)	(33.746)
Caixa líquido das atividades de financiamento		(801.348)	(733.746)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(201.498)	183.270
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	229.703	46.433
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	28.205	229.703

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MNLT S.A.

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviço de terceiros e outros operacionais	(4.465)	(8.786)
	(4.465)	(8.786)
Valor adicionado bruto	(4.465)	(8.786)
Depreciação e amortização	(189)	(255)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	(4.654)	(9.041)
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	246.337	227.561
	246.337	227.561
Valor adicionado total a distribuir	241.683	218.520
Distribuição do valor adicionado		
Remuneração direta	11.515	7.937
Benefícios	738	1.505
FGTS	564	476
Pessoal	12.817	9.918
Federais	86.745	79.868
Impostos, taxas e contribuições	86.745	79.868
Juros e variações cambiais	1.364	1.113
Remuneração de capitais de terceiros	1.364	1.113
Dividendos e juros sobre o capital próprio	1.337	1.212
Lucros retidos do exercício	139.420	126.409
Remuneração de capitais de próprios	140.757	127.621
Valor adicionado total distribuído	241.683	218.520

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MNLT S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A MNLT S.A. (“Companhia” ou “MNLT”), constituída em setembro de 2010, é uma empresa controlada pela Stone Instituição de Pagamento S.A. (“Stone”) e em última instância pela StoneCo Ltd (“StoneCo”), empresa constituída nas Ilhas Cayman, com capital aberto e negociado com a sigla STNE na bolsa americana NASDAQ. A Companhia possui sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Doutora Ruth Cardoso, nº 7221, 20º andar.

A Companhia é uma sociedade por ações que tinha como objeto principal a operação de adquirência, que compreendia a prestação de serviços de captura, processamento e liquidação das transações com cartões de crédito e débito das associações (bandeiras) Visa, Mastercard e Diners, bem como serviços correlatos, tais como o serviço de credenciamento de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços para aceitação de cartões de pagamento e o aluguel de equipamentos.

A operação com cartões de crédito e débito consiste na captura, processamento e liquidação de transações comerciais e financeiras dos cartões das mencionadas bandeiras. A MNLT, pela prestação desses serviços, cobrava dos estabelecimentos uma taxa de desconto, que tinha por objetivo: (i) remunerar a bandeira e o emissor dos cartões de crédito e débito com o repasse de uma taxa pela sua prestação de serviços; e (ii) remunerar os serviços prestados pela MNLT.

As transações com cartões de crédito já capturadas e processadas também podiam ser objeto de antecipação mediante solicitação dos estabelecimentos.

Em 31 de outubro de 2018 a Companhia cessou sua operação de adquirência, mantendo a licença junto ao Banco Central do Brasil (“Bacen”). Em 4 de dezembro de 2018, após o encerramento de suas atividades, a Companhia recebeu aporte de capital, via aumento de sua participação no Tapso Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (“FIDC TAPSO”), e com isto, a MNLT continuou gerando resultado financeiro positivo.

A MNLT obteve o registro em 11 de fevereiro de 2022 na categoria “B” na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, conforme alterada, as normas e regulamentos emitidos pela CVM e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e pela CVM; e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A apresentação da demonstração do valor adicionado (“DVA”) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. Segundo as IFRS a apresentação dessa demonstração não é requerida. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC e IFRS que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022.

As informações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto determinados ativos financeiros que foram mensurados ao valor justo por meio do resultado.

2.2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto determinados ativos financeiros que foram mensurados ao valor justo por meio do resultado.

MNLT S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de políticas contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação a valor justo de ativos financeiros e de pagamento baseado em ações, determinação da vida útil dos ativos não-financeiros e provisão para impostos diferidos e para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação.

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 16 de março de 2023.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

A seguir, apresentaremos um resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia, deixando em evidência somente as informações consideradas relevantes pela Administração.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e aplicações financeiras, que são investimentos de curto prazo e alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e com prazo de vencimento, na data da aquisição, igual ou inferior a 90 dias.

3.2. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

3.2.1. Ativos financeiros

3.2.1.1. Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) ou ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Exceto para contas a receber que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático previsto no CPC 48/IFRS 09 - Instrumentos Financeiros, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro que não é a VJR. Contas a receber que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas ao preço de transação determinado de acordo com o CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou VJORA, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “somente pagamentos de principal e juros” (“SPPJ”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é chamada de teste de SPPJ e é executada a nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam SPPJ são classificados e mensurados ao VJR, independentemente do modelo de negócios.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão do recebimento de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais, enquanto os ativos financeiros classificados e mensurados ao VJORA são mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é de ambos, receber fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros.

MNLT S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros ao VJR incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR, ou ativos financeiros obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida serem classificados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados ao VJR no reconhecimento inicial, caso isso elimine ou reduza significativamente um descasamento contábil.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo definido pela regulamentação ou prática de mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data de negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

3.2.1.2. Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao VJORA com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao VJORA sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); ou
- Ativos financeiros ao VJR.

3.2.1.2.1. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método da taxa efetiva de juros e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de partes relacionadas e outros créditos.

3.2.1.2.2. Ativos financeiros ao VJORA (instrumentos de dívida)

Para os instrumentos de dívida ao VJORA, a receita de juros, variação cambial e as perdas ou reversões por redução ao valor recuperável são reconhecidos na demonstração do resultado, de forma semelhante aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As alterações restantes no justo valor são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento da baixa, a variação do valor justo acumulada reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para o resultado.

A Companhia não possui instrumentos classificados nesta categoria.

3.2.1.2.3. Ativos financeiros ao VJORA (instrumentos patrimoniais)

Após o reconhecimento inicial, a Companhia pode optar por classificar irrevogavelmente seus investimentos em ações como instrumentos patrimoniais designados ao VJORA quando eles satisfazem a definição de patrimônio nos termos do CPC 39 / IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não são mantidos para negociação. A classificação é determinada com base em cada instrumento.

Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para o resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando o direito de pagamento é estabelecido, exceto quando a Companhia se beneficia de tais resultados como uma recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que esses ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimoniais designados ao VJORA não são sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável.

A Companhia não possui instrumentos classificados nesta categoria.

MNLT S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.2.1.2.4. Ativos financeiros ao VJR

Ativos financeiros ao VJR são apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Esta categoria inclui aplicações financeiras que não são equivalentes de caixa.

3.2.1.3. Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido (ou seja, retirado do balanço patrimonial da Companhia) quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo tiverem expirado; ou
- A Companhia transferiu seus direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação contratual de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos contratuais de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuo. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre o valor contábil original do ativo e o valor máximo da contraprestação recebida que a Companhia pode ser obrigada a restituir.

3.2.1.4. Perda por redução ao valor recuperável (“Impairment”) de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não mantidos ao valor justo. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa que se aproxime da taxa efetiva de juros original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias mantidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

A Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas, portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece as perdas com base em perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, em uma matriz de provisão e em dias de atraso, em cada data-base.

3.2.2. Passivos financeiros

3.2.2.1. Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao VJR, custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme o caso.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, no caso de custo amortizado, líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, dividendos a pagar, contas a pagar a partes relacionadas e outras contas a pagar.

3.2.2.2. Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

MNLT S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.2.2.2.1. Passivos financeiros ao VJR

Os passivos financeiros ao VJR incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial como ao VJR.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos com o objetivo de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge em relacionamentos de hedge, conforme definido pelo CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes.

Ganhos ou perdas em passivos mantidos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 / IFRS 9 forem atendidos.

A Companhia não possui passivos financeiros ao VJR.

3.2.2.2.2. Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, passivos financeiros classificados nesta categoria são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. A amortização pelo método da taxa efetiva de juros é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria inclui fornecedores, empréstimos e financiamentos, dividendos a pagar, contas a pagar a partes relacionadas e outras contas a pagar.

3.2.2.3. Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como a baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

3.2.3. Valor justo de instrumentos financeiros

A Companhia mensura instrumentos financeiros tais como derivativos, a valor justo a cada data-base.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração.

A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorra:

- No mercado principal do ativo ou passivo; ou
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo
- O mercado principal ou o mercado mais vantajoso deve ser acessível à Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado usando as premissas que os participantes do mercado usariam ao precificar o ativo ou passivo, assumindo que os participantes do mercado atuem no seu melhor interesse econômico.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas às circunstâncias e para as quais existem dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

MNLT S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são classificados na hierarquia de valor justo, descrita a seguir, com base nos dados de nível mais baixo que sejam significativos para a mensuração do valor justo como um todo:

A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível I – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível II – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e
- Nível III – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferências entre níveis na hierarquia reavaliando a categorização (com base nos dados de nível mais baixo que sejam significativos para a mensuração do valor justo como um todo) a cada data-base.

3.2.4. Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente exequível de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possui instrumentos financeiros que atendam às condições de reconhecimento em base líquida.

3.2.5. Instrumentos financeiros derivativos

De tempos em tempos, a Companhia pode utilizar instrumentos financeiros derivativos para proteger seus riscos moeda estrangeira.

Instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, reavaliados ao seu valor justo. Derivativos são considerados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos são levados diretamente ao resultado.

3.3. Imobilizado

O imobilizado é mensurado ao seu custo histórico, menos depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, se houver. O custo histórico inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e, se aplicável, líquido de créditos de impostos. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item fluirão à Companhia, e que o custo do item seja relevante e que possa ser mensurado com segurança. Todos os outros gastos com reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período em que são incorridos. A depreciação é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos, conforme demonstrado a seguir:

	Vida útil estimada (anos)
Máquinas, aparelhos e equipamentos	5-10
Equipamentos de informática	5-10
Móveis e utensílios	10

Os valores residuais, as vidas úteis e os métodos de depreciação dos ativos são revisados, a cada data-base, e ajustados de forma prospectiva, quando apropriado. Ganhos e perdas em alienações ou baixas são determinados pela comparação dos resultados da venda (se houver) com o valor contábil e são reconhecidos no resultado.

MNLT S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.4. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Companhia avalia, a cada data-base, se há algum indício de que um ativo possa estar deteriorado. Se houver algum indício, ou quando o teste anual de redução ao valor recuperável de um ativo for requerido, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o valor justo de um ativo ou unidade geradora de caixa (“UGC”), menos os custos de venda, e o seu valor em uso. O valor recuperável é determinado para um ativo individual, a menos que o ativo não gere entradas de caixa que sejam em grande parte independentes daquelas de outros ativos ou grupos de ativos. Quando o valor contábil de um ativo ou UGC excede seu valor recuperável, o ativo é considerado deteriorado e é reduzido ao seu valor recuperável.

Na determinação do valor justo menos custos de venda, transações de mercado recentes são consideradas. Se tais transações não puderem ser identificadas, um modelo de avaliação apropriado será usado. Esses cálculos são corroborados por avaliações por múltiplos, cotações de ações de empresas de capital aberto ou outros indicadores de valor justo disponíveis.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita o valor de mercado corrente da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo.

Perdas por redução ao valor recuperável de operações continuadas são reconhecidas na demonstração do resultado em categorias de despesas consistentes com a função do ativo que sofreu a redução ao valor recuperável.

Para ativos não financeiros, exceto ágio, é efetuada uma avaliação a cada data-base para determinar se existe uma indicação de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicação existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável reconhecida anteriormente é revertida apenas se tiver ocorrido uma alteração nas premissas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde quando a última perda por redução ao valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda seu valor recuperável, nem exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação, caso não tivesse sido reconhecida a perda por redução ao valor recuperável do ativo em períodos anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração do resultado, a menos que o ativo seja contabilizado por um valor reavaliado, caso em que a reversão é tratada como um aumento de reavaliação.

3.5. Provisões

Provisões para demandas judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando:

(i) a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Se houver uma série de obrigações semelhantes, a probabilidade de uma saída de caixa ser necessária para liquidação é determinada considerando a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de uma saída de caixa em relação a qualquer item incluído na mesma classe de obrigações seja baixa.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa antes dos impostos que reflita avaliações de mercado atuais sobre o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos da obrigação. O aumento da provisão devido à passagem de tempo é reconhecido como despesa financeira.

Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a uma provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

3.6. Impostos

3.6.1. Imposto de renda e contribuição social

3.6.1.1. Impostos correntes

O imposto de renda (“IRPJ”) é calculado à alíquota de 15%, acrescida do adicional específico de 10% sobre o lucro tributável anual excedente para IRPJ. A contribuição social (“CSLL”) é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

MNLT S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.6.1.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, bem como sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos, quando aplicável, somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias e prejuízos fiscais possam ser usados. De acordo com a legislação tributária brasileira, o prejuízo fiscal pode ser utilizado para compensar até 30% do lucro tributável do período e não expira.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são apresentados líquidos no balanço quando há o direito legal de compensá-los quando da apuração dos impostos correntes, em geral relacionado com a mesma autoridade fiscal.

3.7. Receitas financeiras

As receitas financeiras referem-se principalmente a receitas de aplicações em cotas de fundo de investimento e juros de aplicações financeiras.

3.7.1 Despesas financeiras

As despesas financeiras, incluem principalmente impostos sobre operações financeiras, e juros de contingências.

3.8 Benefícios a empregados

3.8.1. Obrigações de curto prazo

Os passivos relacionados a benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são contabilizados como despesa conforme o serviço relacionado é fornecido.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bônus em dinheiro ou participação nos resultados de curto prazo se a Companhia tiver uma obrigação legal ou não formalizada de pagar devido aos serviços passados prestados pelos empregados e a obrigação puder ser estimada de forma confiável.

3.8.2. Remuneração com base em ações

A Controladora StoneCo possui planos de remuneração baseada em ações, e outorgou direitos sobre os seus instrumentos patrimoniais diretamente aos empregados de suas controladas, segundo os quais a administração se compromete com a liquidação de ações baseados em seu preço ou valor, para empregados e não empregados em troca de serviços.

3.8.2.1. Transações liquidadas em ações

O custo de transações liquidadas em ações com funcionários é mensurado pelo valor justo na data da outorga. O custo é registrado como despesa juntamente com um aumento correspondente no patrimônio líquido durante o período de prestação do serviço ou na data da concessão, quando a concessão se refere a serviços passados. A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa da Companhia sobre o número de outorgas que, em última instância, serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período representam a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período.

Condições de serviço e outras condições de desempenho que não sejam de mercado não são consideradas na determinação do valor justo dos prêmios outorgados, porém a probabilidade de que as condições sejam satisfeitas é avaliada como parte da melhor estimativa da Companhia sobre o número de outorgas que, em última instância, serão cumpridas e os títulos adquiridos. Condições de desempenho de mercado são refletidas no valor justo na data da outorga. Quaisquer outras condições atinentes, mas que não possuam uma exigência de serviço a elas associada, são consideradas condições de não aquisição de direito.

MNLT S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.8.3. Participação nos lucros e gratificações anuais

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos lucros e gratificações anuais com base em uma fórmula que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada.

3.9. Classificação circulante versus não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado como circulante quando:

- espera-se realizá-lo ou pretenda vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- espera-se realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- é caixa ou equivalente de caixa, a menos que haja restrições quanto à sua troca ou utilização para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado como circulante quando:

- espera-se liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- deve ser liquidado dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

A Companhia classifica todos os demais passivos como não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

3.10. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022:

- IAS 37 – Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes: As alterações aplicam-se a uma "abordagem de custos diretamente relacionados", determinando que os custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluem custos incrementais e custos alocados diretamente que se relacionam ao cumprimento do contrato.
- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: A alteração esclarece quais taxas uma entidade deve incluir ao avaliar no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros.
- IFRS 3 – Combinação de Negócios: As alterações substituem as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em março de 2018.
- IAS 16 – Ativo Imobilizado : A alteração proíbe as entidades de deduzirem do custo do imobilizado, quaisquer receitas da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido pela administração. Em vez disso, a entidade deve reconhecer tais receitas e custos no resultado do período.
- IAS 41 – Tributação nas Mensurações pelo Valor Justo: A alteração elimina a exigência de que as entidades excluam das estimativas dos fluxos de caixa os tributos (IR/CS) ao mensurarem o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas.
- IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros: A alteração simplifica o reconhecimento de ajustes acumulados de conversão por uma controlada que adote o IFRS pela primeira vez após sua controladora.

As alterações acima mencionadas não tiveram qualquer impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.

MNLT S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.11. Pronunciamentos novos ou revisados ainda não adotados

As normas e interpretações novas e alteradas que foram emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas a seguir. A Companhia pretende adotar essas novas normas e alterações de normas e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor.

- Emendas à IAS 1 – Classificação do passivo como circulante ou não circulante: Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 da IAS 1 para especificar os requisitos para classificar passivos como circulantes ou não circulantes. As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente.
- Alteração à IAS 12 – Impostos diferidos relacionados a ativos e passivos decorrentes de uma única transação. Essas alterações exigem que as empresas reconheçam o imposto diferido sobre transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. As alterações são efetivas para períodos de relatório anual iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.
- Alterações de escopo da IAS 1, IFRS Practice Statement 2 e IAS 8: As alterações visam melhorar as divulgações de políticas contábeis e ajudar os usuários das demonstrações financeiras a distinguir mudanças de estimativas contábeis e mudanças de políticas contábeis. As alterações são efetivas para os períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.
- Emendas ao IFRS 16 – Arrendamentos: A alteração clarifica a mensuração subsequente dos passivos de arrendamento relacionados com operação de venda e realocação de imóveis, principalmente para os contratos de locação que os pagamentos são variáveis e não dependem de um índice ou taxa. As alterações são efetivas para os períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

A Companhia não espera ter qualquer impacto em suas demonstrações financeiras com a aplicação das alterações apresentadas acima.

3.12. ESG - Environmental, Social and Governance

Em 2022, construímos uma área de sustentabilidade com o objetivo de melhor organizar os assuntos que tangenciam o tema. A estratégia - incluindo Matriz de Materialidade - está sendo feita a nível StoneCo.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Depósitos em bancos nacionais	18.945	827
Aplicações financeiras (a)	9.260	228.876
Total	<u>28.205</u>	<u>229.703</u>

(a) Referem-se preponderantemente a operações compromissadas e certificados de depósitos bancários com liquidez diárias e risco insignificante de mudança de valor, rendendo juros de acordo com as respectivas taxas pactuadas.

5. Aplicações financeiras

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Cotas FIDC TAPSO	844.624	1.261.846
Total	<u>844.624</u>	<u>1.261.846</u>

O FIDC TAPSO iniciou suas atividades em 29 de dezembro de 2016, com o objetivo de antecipar a carteira de recebíveis provenientes das transações a crédito realizadas pelos estabelecimentos comerciais.

MNLT S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O objetivo do FIDC TAPSO é proporcionar aos seus cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação de seu patrimônio líquido na aquisição de: (i) direitos creditórios, formalizados pelos documentos comprobatórios, que atendam aos critérios de elegibilidade do regulamento; e (ii) ativos financeiros, observados os índices de composição e diversificação da carteira do FIDC TAPSO, conforme estabelecidos no regulamento.

A movimentação das aplicações financeiras segue abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	1.261.846	2.028.059
(-) Venda de cotas	(650.000)	(989.997)
(+) Ganho com valorização das cotas do FIDC	232.778	223.784
Saldo final	844.624	1.261.846

O FIDC TAPSO pertence 99,9% a StoneCo e suas controladoras (99,8% em 31 de dezembro de 2021), sendo que em 31 de dezembro de 2022 a MNLT detém 5,0% das cotas (12,8% em 31 de dezembro de 2021), a Stone 37,0% (43,8% em 31 de dezembro de 2021), a Pagar.me Instituição de Pagamento S.A (“Pagar.me”) 32,4% (1,6% em 31 de dezembro 2021), a StoneCo 25,5% (34,4% em 31 de dezembro de 2021) e a PDCA S.A., empresa foi incorporada na Pagar.me em 18 de outubro de 2022, 7,2% em 31 de dezembro de 2021.

O FIDC TAPSO deve manter, após 90 dias do início das atividades, no mínimo 50% de seu patrimônio líquido na aquisição de direitos creditórios elegíveis. As práticas contábeis utilizadas pela Companhia no que tange ao reconhecimento do investimento sobre as cotas está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade.

Apesar da duração do FIDC ser de 20 anos, o prazo de recebimento é menor que 12 meses, ou seja, é de entendimento da Companhia que o valor deve ser registrado no ativo circulante.

6. Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação do resultado com imposto de renda e contribuição social

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	211.781	191.443
Alíquotas vigentes - %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(72.006)	(65.091)
Lei de incentivo à cultura e assistência social	1.145	2.260
Incentivos fiscais	262	149
Despesas permanentes	(425)	(1.140)
Imposto de renda e contribuição social	(71.024)	(63.822)
Impostos correntes	(45.486)	(46.647)
Impostos diferidos	(25.538)	(17.175)
Imposto de renda e contribuição social	(71.024)	(63.822)
Taxa (%) de alíquota efetiva	34%	33%

MNLT S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Impostos diferidos

	31/12/2021	Movimentação	31/12/2022
Diferenças temporárias	2.216	2.188	4.404
Prejuízo fiscal/Base negativa (a)	47.708	(19.893)	27.815
Total ativo fiscal diferido	49.924	(17.705)	32.219
Reconhecimento de receita FIDC (b)	(10.367)	(7.833)	(18.200)
Total passivo fiscal diferido	(10.367)	(7.833)	(18.200)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	39.557	(25.538)	14.019

(a) Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía prejuízo fiscal de R\$ 81.828 (R\$ 140.151 em 31 de dezembro de 2021) e base negativa da contribuição social de R\$ 81.740 (R\$ 140.789 em 31 de dezembro de 2021) passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros nas condições estabelecidas pela legislação vigente, sem prazo de prescrição.

(b) Para fins de uniformização dos critérios contábeis, a receita do FIDC TAPSO é reconhecida pela Companhia de acordo com os critérios de reconhecimento de antecipação de recebíveis.

A realização dos ativos fiscais diferidos está estimada da seguinte forma:

Ano	Valor
2023	5.377
2024	3.657
2025	4.471
2026	4.244
2027	4.661
2028 em diante	9.809
Total	32.219

7. Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas compreendem as empresas controladoras e coligadas do Grupo StoneCo, acionistas, pessoal-chave da administração e quaisquer negócios que são controlados, direta ou indiretamente, pelos acionistas e conselheiros sobre os quais exercem influência significativa.

Os saldos em aberto no encerramento do período não têm garantias, não estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias prestadas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

MNLT S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os saldos a receber e a pagar e impactos em resultado por transações referem-se a despesas compartilhadas entre partes relacionadas e estão demonstrados a seguir:

Ativos	31/12/2022	31/12/2021
Stone Instituição de Pagamentos S.A. (controlador direto)	1.543	1.372
Cappta S.A. (controlador final comum)	150	254
BUY4 Processamento de Pagamento S.A. (controlador final comum)	36	81
Pagar.me Instituição de Pagamento S.A. (controlador direto comum)	887	80
Vitta Corretora de Seguros Ltda. (controlador final comum)	6	8
Equals S.A. (controlador final comum)	34	41
PDCA S.A. (controlador final comum)	—	83
TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. (controlador final comum)	361	1
STNE Participações S.A. (controlador final comum)	—	21
Linx Sistemas e Consultoria Ltda. (controlador final comum)	157	—
Linx Telecomunicações Ltda (controlador final comum)	26	—
Linx Pay Meios de Pagamento Ltda. (controlador final comum)	5	—
Linx S.A. (controlador final comum)	11	—
Vitta Tecnologia em Saúde S.A. (controlador final comum)	2	4
Stone Logística Ltda. (controlador final comum)	8	6
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (controlador direto comum)	44	10
Vitta Serviços em Saúde Ltda. (controlador final comum)	8	11
Stone Franchising Ltda. (controlador final comum)	3	4
Contas a receber de partes relacionadas	3.281	1.976
Passivos	31/12/2022	31/12/2021
BUY4 Processamento de Pagamento S.A. (controlador final comum)	9.375	8.000
TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A (controlador final comum)	292	—
Linx Sistemas e Consultoria Ltda (controlador final comum)	—	238
Contas a pagar de partes relacionadas	9.667	8.238

Pessoas - chave

Os administradores da Companhia também são administradores de todo o Grupo StoneCo, fazendo jus à remuneração através da empresa em que estão registrados para fins trabalhistas. Desta forma, a informação sobre a remuneração dos administradores da MNLT não refletiria a melhor informação relativa aos negócios da Companhia.

MNLT S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Provisão para participação lucros e bônus	6.927	3.384
Provisão para férias, 13º salário e encargos	3.799	2.546
Salários a pagar	—	35
INSS a recolher	670	383
FGTS a pagar	361	228
Total	11.757	6.576
Circulante	10.272	5.851
Não circulante	1.485	725

9. Obrigações tributárias

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
PIS e COFINS	619	979
Impostos de terceiros retidos na fonte	802	489
Outros ^(a)	2.610	1.486
Total	4.031	2.954

(a) Saldo refere substancialmente a Pis e Cofins diferidos sobre a uniformização dos critérios contábeis da aplicação no FIDC TAPSO, a receita do FIDC TAPSO é reconhecida pela Companhia de acordo com os critérios de reconhecimento de antecipação de recebíveis.

10. Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Com base na avaliação de seus assessores jurídicos, a Companhia constituiu provisão para contingências relativas a riscos trabalhistas e cíveis, como segue:

	<u>Trabalhista</u>	<u>Cível</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	176	897	1.073
Adições	408	5.830	6.238
Reversões	(82)	(163)	(245)
Pagamentos	—	(6.145)	(6.145)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	502	419	921
Adições	26	92	118
Reversões	(289)	(354)	(643)
Pagamentos	—	(93)	(93)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	239	64	303

MNLT S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e seus consultores jurídicos como possível, para os quais não há provisão constituída, como a seguir apresentado:

	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas ^(a)	231	271
Cíveis ^(b)	6.079	5.795
Tributárias ^(c)	7.833	4.031
	14.143	10.097

(a) Refere-se principalmente a processos trabalhistas em que a MNLT é responsável solidária em condenações processuais de funcionários de parceiros ou empresa terceira contratada.

(b) A principal demanda se relaciona com ação judicial de cobrança, responsável por parte da captação e indicação de estabelecimentos comerciais, no montante de R\$ 5.195 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 4.864 em 31 de dezembro de 2021).

(c) Refere-se principalmente a processos tributários administrativos.

11. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social no total de R\$ 524.653 (R\$ 1.324.653 em 31 de dezembro de 2021), está dividido em 2.260.490.292 ações ordinárias e 10 ações preferenciais (2.260.490.292 ações ordinárias e 10 preferenciais em 31 de dezembro de 2021), sendo todas ordinárias, distribuídas entre o acionista como segue:

Acionistas	País sede	Ações	31/12/2022	31/12/2021
			Ações	Ações
Stone Instituição de Pagamentos S.A.	Brasil	Ordinárias	2.260.490.292	2.260.490.292
Stone Instituição de Pagamentos S.A.	Brasil	Preferenciais	10	10
Total do Capital Social			2.260.490.302	2.260.490.302

Em AGE aprovada 01 de julho de 2021, a Companhia reduziu capital em R\$ 700.000, sem o cancelamento de ações.

Em AGE realizada em 18 de maio de 2022, foi aprovada a redução de capital social em R\$ 150.000, sem o cancelamento de ações.

Em AGE realizada em 25 de julho de 2022, foi aprovada a redução de capital social em R\$ 650.000, sem o cancelamento de ações.

b) Reserva de capital

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a MNLT constituiu uma reserva adicional no montante de R\$ 3.790 (R\$ 1.976 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021), totalizando R\$ 10.888 (R\$ 7.098 em 31 de dezembro de 2021) para a distribuição de remunerações baseadas em ações (Nota 14).

c) Reserva legal

Nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76, a MNLT deve constituir reserva legal equivalente a 5% do lucro líquido, a qual não pode exceder a 20% do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a MNLT constituiu uma reserva adicional no montante de R\$ 7.038 (R\$ 6.381 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021), totalizando R\$ 39.379 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 32.341 em 31 de dezembro de 2021).

d) Reserva de lucros para expansão

A reserva de lucros para expansão foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, e alterações com o objetivo de aplicação em futuros investimentos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a MNLT constituiu uma reserva

MNLT S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

adicional no montante de R\$ 132.382 (R\$ 120.028 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021), totalizando de R\$ 289.324 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 156.942 em 31 de dezembro de 2021).

e) Dividendos

O estatuto da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal, conforme na forma prevista do artigo 205 da lei das sociedades por ação.

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	140.757	127.621
(-) Constituição da reserva legal - 5%	(7.038)	(6.381)
Lucro líquido após apropriação da reserva legal	133.719	121.240
Dividendos mínimos obrigatórios - 1%	1.337	1.212
Dividendos propostos pela Administração	1.337	1.212
Movimentação dos dividendos		
Saldo inicial - Dividendos a pagar	1.212	33.746
Dividendos pagos ao longo do exercício	(1.212)	(33.746)
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício	1.337	1.212
Saldo final - Dividendos a pagar	1.337	1.212

12. Despesas

12.1. Despesas por natureza

	31/12/2022	31/12/2021
Despesa de pessoal	(14.920)	(13.095)
Doações dedutíveis	(2.225)	—
Captura e processamento (a)	(906)	(1.010)
Depreciação e amortização	(189)	(255)
Serviços de terceiros	(260)	(798)
Telefonia	(43)	(25)
Outras despesas administrativas	(1.340)	(1.897)
Outras (receitas) despesas operacionais	(1.854)	(7.313)
Total	(21.737)	(24.393)

(a) Refere-se a despesas de manutenção de licença.

12.2. Despesas por função

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas gerais e administrativas	(11.995)	(14.200)
Outras (receitas) despesas operacionais	(9.742)	(10.193)
Total	(21.737)	(24.393)

MNLT S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Resultado Financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras		
Renda de aplicações em cotas ^(a)	221.323	213.202
Rendimentos de aplicações financeiras	13.503	3.613
Outras receitas financeiras	56	134
	234.882	216.949
Despesas financeiras		
Outras despesas financeiras	(1.364)	(1.113)
	(1.364)	(1.113)
Resultado financeiro, líquido	233.518	215.836

(a) Receita sobre rendimentos das cotas do FIDC TAPSO, líquido de PIS/COFINS no montante de R\$ 11.455 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 10.582 em 31 de dezembro de 2021).

14. Pagamento baseado em ações

a) Unidades de Ações Restritas

Em setembro de 2018, a StoneCo outorgou Unidades de Ações Restritas (“UARs”) relativas aos seus instrumentos patrimoniais aos empregados de suas controladas, sendo que alguns destes empregados foram transferidos para a Companhia em 2019 e 2020 em função de alterações administrativas estratégicas no grupo. A partir da data destas movimentações as despesas de tais concessões passaram a ser reconhecidas na Companhia. As outorgas estão sujeitas a condições de desempenho e a despesa de remuneração relacionada é reconhecida durante o período de qualificação. Este programa está vinculado a condições de desempenho individual e corporativo, sendo que a forma de outorga das ações segue as regras de período de aquisição de direito (“vesting period”) estabelecidas e aplicadas de acordo com a política interna corporativa.

A prestação de serviço do empregado em contrapartida ao prêmio em ações é mensurada com base no valor justo na data da outorga do prêmio, sendo que o valor da ação considerado no cálculo é dado pelo preço de fechamento das ações da StoneCo (negociadas com a sigla STNE na bolsa americana NASDAQ) convertidas pelo câmbio de fechamento oficial, ambos na data da outorga. As ações restritas tem valor justo na data de outorga de R\$ 40,33 a R\$ 312,32 e possuem vencimento (“vesting period”) em tranches ao longo de um período de 2 a 10 anos.

Em 2021, foram outorgadas 17.348 novas UARs ao preço da ação em R\$ 233,77 e foram canceladas 57.558 UARs. Em 2022, foram outorgadas 257.095 novas UARs, com preço médio de R\$ 49,48.

b) Unidades de Ações de Desempenho

Em 2022, a StoneCo outorgou Unidades de Ações de Desempenho (“UADs”) relativas aos seus instrumentos patrimoniais aos empregados da Companhia. As outorgas estão sujeitas a condições de alcance de preço das ações da StoneCo em determinado período, sendo que a forma de outorga das ações segue também as regras de período de aquisição de direito (“vesting period”) estabelecidas e aplicadas de acordo com a política interna corporativa.

O valor justo dos prêmios é estimado na data da outorga usando o modelo de precificação Black-Scholes-Merton, considerando os termos e condições em que as UADs foram concedidas, e a respectiva despesa será reconhecida ao longo do período de aquisição. A condição de desempenho é considerada na estimativa do valor justo na data de outorga.

Em 2022, foram concedidas 184.980 UADs com valor justo médio na data da outorga de R\$ 2,58 e possuem vencimento (“vesting period”) em tranches ao longo de um período de 3 a 5 anos. O valor justo na data de concessão foi determinado com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais da StoneCo e a taxa de câmbio, ambas na data da outorga.

O número de UADs a serem emitidas é baseado em dados históricos e expectativas atuais e não é necessariamente indicativo de desempenho padrões que podem ocorrer. A volatilidade esperada reflete a suposição de que a volatilidade histórica durante um período semelhante à vida das UADs é indicativo de tendências futuras, que podem não ser necessariamente o resultado

MNLT S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

real. As duas principais entradas do modelo foram: taxa de juros livre de risco de 3,10% a 4,20% de acordo com a curva a termo Libor de 3 meses para um período de 3 a 5 anos, e volatilidade anual de 76,5% a 82,10% com base no histórico da Companhia.

c) Movimentação dos planos

As movimentações relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 dos planos são apresentadas abaixo:

	UARs	UADs	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	173.750	—	173.750
Outorgadas	17.348	—	17.348
Emitidas	(259)	—	(259)
Transferências entre empresas do grupo ^(a)	30.705	—	30.705
Canceladas	(57.558)	—	(57.558)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	163.986	—	163.986
Outorgadas	257.095	184.980	442.075
Emitidas	(7.748)	—	(7.748)
Transferências entre empresas do grupo ^(a)	(13.645)	10.073	(3.572)
Canceladas	(53.750)	(14.652)	(68.402)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	345.938	180.401	526.339

(a) Referem-se a alterações administrativas estratégicas no Grupo StoneCo, que acarretaram a movimentação de empregados entre a Companhia e outras empresas do grupo

Em 31 de dezembro de 2022, foi reconhecida provisão na rubrica de despesas de pessoal, incluindo encargos, no valor de R\$ 4.798 (R\$ 1.871 em 31 de dezembro de 2021) e reserva de capital no montante de R\$ 3.790 (R\$ 1.976 em 31 de dezembro de 2021) referente à remuneração baseada em ações.

15. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível ao acionista da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	140.757	127.621
Número médio ponderado de ações	2.260.490.302	2.260.490.302
Média ponderada ajustada de ações	2.260.490.302	2.260.490.302
Lucro básico por ação - (em reais)	0,0623	0,0565
	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	140.757	127.621
Número médio ponderado de ações	2.260.490.302	2.260.490.302
Média ponderada ajustada de ações	2.260.490.302	2.260.490.302
Lucro diluído por ação - (em reais)	0,0623	0,0565

MNLT S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Instrumentos financeiros

16.1. Gestão de riscos

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, a saber: risco de crédito, risco de mercado (incluindo risco de variação cambial, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros, e risco de preço), risco de liquidez e risco de fraude. O programa de gestão de risco global do Grupo StoneCo busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

A gestão de risco financeiro é realizada pelo departamento de tesouraria global do Grupo StoneCo (“Tesouraria Global”) no nível de Grupo, desenhada pelo time de gerenciamento de riscos, conforme políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria global identifica, avalia e protege o Grupo contra eventuais riscos financeiros em cooperação com suas unidades operacionais. No nível específico da Companhia, o departamento local de tesouraria (“Tesouraria Local”) executa e gerencia os instrumentos financeiros sob as políticas específicas, respeitando a estratégia do Grupo StoneCo. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como de risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, risco de fraude, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

A propagação global da pandemia COVID-19 impactou negativamente a economia global, interrompeu as cadeias de abastecimento e criou uma volatilidade significativa nos mercados financeiros globais, resultou no fechamento temporário ou permanente de lojas ou instalações de muitos clientes. A contínua turbulência nos mercados de capitais pode afetar adversamente a capacidade de acessar capital para atender às necessidades de liquidez, executar a estratégia existente, buscar mais expansão de negócios e manter crescimento da receita.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia monitora os riscos de perto e pretende seguir as diretrizes de saúde e segurança à medida que elas evoluem.

16.1.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a empresa incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha deste em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco de crédito decorre da exposição da Companhia a terceiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, bem como de suas atividades operacionais.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a máxima exposição ao risco de crédito.

16.1.1.1 Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito referente aos saldos em aberto com instituições financeiras e instituições de pagamentos é gerido pela equipe de tesouraria da Companhia, de acordo com políticas internas do grupo. Investimentos de recursos excedentes e uso de instrumentos derivativos são realizados apenas com instituições financeiras de baixo risco, quando aplicável.

16.1.2 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que surge na possibilidade de perda financeira no valor justo ou nos fluxos de caixa futuros de qualquer instrumento financeiro devido a mudanças nas condições de mercado.

No curso normal dos negócios, a Companhia efetua transações financeiras sujeitas a variáveis de mercado, portanto expostas ao risco de mercado. A tesouraria Global gerencia essas exposições para minimizar os impactos das flutuações dos preços de mercado nas atividades do Grupo.

O risco de mercado compreende principalmente dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco cambial. Os efeitos dos fatores de mercado nas demonstrações financeiras são discutidos abaixo.

Os instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, e instrumentos financeiros derivativos, quando aplicável.

16.1.2.1 Risco de taxa de juros

É o risco de perdas atrelado a variações na taxa de juros, sendo resultado do descasamento da taxa de juros entre os ativos e passivos, e/ou por variação dos seus vencimentos.

MNLT S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O risco de taxa de juros da Companhia decorre principalmente de Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras. As aplicações financeiras contratadas em reais estão expostas principalmente à variação da taxa de juros DI.

Análise de sensibilidade de taxa de juros

A Companhia realizou uma análise de sensibilidade do risco de taxa de juros aos quais os instrumentos financeiros estão expostos em 31 de dezembro de 2022. Para esta análise, a Companhia adotou como cenário provável as taxas de juros futuras em 31 de dezembro de 2022 de 13,65% (9,15% em 31 de dezembro de 2021) para o DI, disponíveis na B3. Desta maneira foi definido o cenário provável e a partir deste, calculadas variações de 25% e 50%.

Operação	31/12/2022	Risco	Cenário I - Provável	Cenário II - Stress de 25%	Cenário III - Stress de 50%
Taxa DI			13,65%	10,24%	6,83%
Caixa e equivalentes de caixa	9.260	Diminuição do CDI	739	558	374
Aplicações financeiras	844.624	Diminuição do CDI	135.518	101.402	67.457
			136.257	101.960	67.831

Operação	31/12/2021	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Taxa DI			9,15%	6,86%	4,58%
Caixa e equivalentes de caixa	228.876	Diminuição do CDI	12.346	9.296	6.233
Aplicações financeiras	1.261.846	Diminuição do CDI	184.382	137.398	91.171
			196.728	146.694	97.404

16.1.2.2 Risco cambial

Pelo fato de a Companhia ter todas suas aplicações financeiras denominadas em reais, não há exposição significativa ao risco cambial.

16.1.3 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a instituição não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela tesouraria local. Essa equipe monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, mantendo margem suficiente em suas linhas de crédito compromissadas e não utilizadas em todos os momentos, para que a Companhia possa cumprir com suas obrigações e empréstimos perante terceiros. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento de dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas restritivas, cumprimento dos objetivos de índices do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais – por exemplo, restrições de moeda.

O excedente de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital de giro, é gerido pela tesouraria local, que investe o excedente de caixa em instrumentos financeiros de alta liquidez e baixo risco, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do balanço, a Companhia mantinha aplicações financeiras de R\$ 9.190 (R\$ 228.876 - em 31 de dezembro de 2021) que devem gerar prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

MNLT S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

	Menos de um ano	Entre 1 e 2 anos
31 de dezembro de 2022		
Fornecedores	163	—
Empréstimos e financiamentos	248	68
Dividendos a pagar	1.337	—
Contas a pagar a partes relacionadas	—	9.667
Outras contas a pagar	105	—
	1.853	9.735
31 de dezembro de 2021		
Fornecedores	237	—
Dividendos a pagar	1.212	—
Contas a pagar a partes relacionadas	—	8.238
Outras contas a pagar	96	—
	1.545	8.238

16.2. Instrumentos financeiros por categoria

16.2.1 Ativos conforme o balanço patrimonial

	Custo amortizado	VJR	Total
31 de dezembro de 2022			
Aplicações financeiras	—	844.624	844.624
Contas a receber de partes relacionadas	3.282	—	3.282
Outros créditos	186	—	186
	3.468	844.624	848.092
31 de dezembro de 2021			
Aplicações financeiras	—	1.261.846	1.261.846
Contas a receber de partes relacionadas	1.976	—	1.976
Outros créditos	189	—	189
	2.165	1.261.846	1.264.011

MNLT S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16.2.2 Passivos conforme o balanço patrimonial

	<u>Custo amortizado</u>	<u>Total</u>
31 de dezembro de 2022		
Fornecedores	163	163
Empréstimos e financiamentos	291	291
Dividendos a pagar	1.337	1.337
Contas a pagar a partes relacionadas	9.667	9.667
Outras contas a pagar	105	105
	<u>11.563</u>	<u>11.563</u>
31 de dezembro de 2021		
Fornecedores	237	237
Dividendos a pagar	8.238	8.238
Contas a pagar a partes relacionadas	96	96
	<u>8.571</u>	<u>8.571</u>

16.3. Estimativa do valor justo

16.3.1 Mensuração do valor justo

Apresentamos a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia:

	31/12/2022			31/12/2021		
	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Nível de hierarquia</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Nível de hierarquia</u>
Ativos financeiros						
Aplicações financeiras ^(a)	844.624	844.624	II	1.261.846	1.261.846	II
Contas a receber de partes relacionadas	3.282	3.282	II	1.976	1.976	II
Outros créditos	186	186	II	189	189	II
Total	<u>848.092</u>	<u>848.092</u>		<u>1.264.011</u>	<u>1.264.011</u>	

(a) As aplicações financeiras são avaliadas pelo valor justo. Os valores correspondem integralmente a aplicação que a Companhia possui no FIDC TAPSO, sendo os valores classificados como nível II, o mesmo é valorizado por dados observáveis mais a uniformização dos critérios contábeis. A receita do FIDC TAPSO é reconhecida pela Companhia de acordo com os critérios de reconhecimento de antecipação de recebíveis

	31/12/2022			31/12/2021		
	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Nível de hierarquia</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Nível de hierarquia</u>
Passivos financeiros						
Fornecedores	163	163	II	237	237	II
Empréstimos e financiamentos	291	286	II	—	—	II
Dividendos a pagar	1.337	1.337	II	1.212	1.212	II
Contas a pagar a partes relacionadas	9.667	9.667	II	8.238	8.238	II
Outras contas a pagar	105	105	II	96	96	II
Total	<u>11.563</u>	<u>11.558</u>		<u>9.783</u>	<u>9.783</u>	

16.4. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno e benefícios aos seus acionistas e parceiros de negócios, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir seu custo.

MNLT S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no Caixa líquido ajustado, e sua estratégia é manter um Caixa líquido ajustado positivo.

O Caixa líquido ajustado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 era o seguinte::

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa e equivalentes de caixa	28.205	229.703
Aplicações financeiras	844.624	1.261.846
Contas a receber de partes relacionadas	3.282	1.976
Caixa ajustado	<u>876.111</u>	<u>1.493.525</u>
Dívida ajustada	<u>—</u>	<u>—</u>
(=) Caixa líquido ajustado	<u>876.111</u>	<u>1.493.525</u>

17. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A avaliação da cobertura dos seguros não foi escopo do trabalho dos auditores independentes, a qual é de responsabilidade da Administração. As coberturas em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Riscos cibernéticos	25.000	25.000
	<u>25.000</u>	<u>25.000</u>